



Projeto de Resolução n.º 16/XV

Recomenda ao Governo que contribua para o debate público sobre o futuro da Praça do Comércio

Foi anunciado pelo Governo que vários Ministérios situados na Praça do Comércio serão reinstalados no edifício sede da Caixa Geral de Depósitos, libertando-se parte da área dos imóveis sites numa das mais notáveis Praças de Portugal e até da Europa, com uma configuração que a aproxima da tipologia das “praças reais”, criadas durante os séculos XVII e XVIII.

A Praça do Comércio, antigo Terreiro do Paço, assumiu, ao longo dos séculos, um protagonismo e um simbolismo notáveis na história da capital e do país, como a principal entrada nobre na cidade e um dos seus grandes epicentros políticos, que albergou, por decisão de D. Manuel I, o Paço da Ribeira, trasladando-se a residência real do Castelo de S. Jorge para o local, inúmeras obras de arte e a biblioteca do monarca com cerca de 70.000 volumes;

O Terramoto de 1755 determinou a sua reconstrução, segundo o desenho de Eugénio dos Santos, assumindo o local, no âmbito do plano pombalino de reedificação da Baixa, um destaque fundamental no traçado urbanístico da cidade, bem como a denominação de Praça do Comércio, mencionada pela primeira vez num alvará datado de Junho de 1759;

Nessa altura, decidiu-se que a Praça albergaria a Bolsa do Comércio e que a reconstrução do seu edificado seria da responsabilidade dos comerciantes, sendo o local transformado num espaço privilegiado para a burguesia mercantil da época, não abandonando a sua centralidade na capital, nem enquanto espaço do governo do país;



A planta da Praça exibe uma geometria perfeita, com centralidades definidas tanto pelo Arco Triunfal da Rua Augusta, cuja construção culminou já no séc. XIX, que traça o eixo central da Baixa Pombalina, bem como pela estátua equestre de D. José I, concluída em 1775, da autoria de Joaquim Machado de Castro, um dos mais notáveis escultores portugueses.

Após este evento D. José I decidiu, nos últimos meses do seu reinado, atribuir à Praça do Comércio a sua função central, determinando que os edifícios da sua ala ocidental deveriam passar a albergar a projetada Grande Biblioteca do Reino. Tal decisão não veio, infelizmente, a ser implementada dada a morte do rei e a exoneração do marquês de Pombal, tendo os livros destinados a esta biblioteca sido depois enviados para o Rio de Janeiro aquando das Invasões Francesas.

Esta intenção, no entanto, revela como era objetivo cimeiro do plano original da Praça fazer dela um lugar de conhecimento e cultura.

A enorme importância do património artístico e cultural do Terreiro do Paço encontra-se firmada através da classificação da Praça como Monumento Nacional, pelo Decreto de 16-06-1910, DG, n.º 136, de 23-06-1910, no conjunto dos seus monumentos e edifícios;

O espaço foi palco de inúmeros acontecimentos significativos na história portuguesa, salientando-se posteriormente ao terramoto, o regicídio a 1 de fevereiro de 1908; o bombardeamento da Praça do Comércio pela Marinha, na Revolução de 1910, tendo a República sido proclamada nas imediações, ou seja, nos Paços do Concelho de Lisboa à Praça do Município; no Cais das Colunas, o desembarque oficial da Rainha Isabel II, no ano de 1957, em pleno Estado Novo, e ainda algumas das manobras mais relevantes do contingente armado envolvido na Revolução do 25 de abril de 1974, que derrubou a ditadura;

Depois de ter sido liberta do estacionamento automóvel na década de 90 e não esquecendo que se ali se localiza o célebre café Martinho da Arcada, inaugurado no dia 7 de Janeiro de 1782, local de eleição de Fernando Pessoa, aquela área acolhe, atualmente, para além dos serviços ministeriais, comércio, restauração e hotelaria, o Lisboa Story Centre, o Centro Interpretativo da História do Bacalhau no Torreão



Nascente e um polo do Museu de Lisboa previsto para o seu Torreão Poente, tratando-se esta Praça de um dos principais pontos turísticos de Lisboa;

Desde há várias décadas, a Praça constituiu-se como importante símbolo histórico associado ao centralismo do Estado, tendo vindo a albergar vários Ministérios de relevo. Com a saída para o edifício sede da CGD dos ministérios da Agricultura e Alimentação e da Coesão Territorial, mantendo-se na Praça os Ministérios da Justiça, Administração Interna e Finanças, importa lançar a discussão pública sobre o futuro de um dos espaços mais emblemáticos da cidade. Com esta oportunidade que surge de a Praça deixar de estar associada ao espaço governativo do país, urge desenvolver um novo projeto para o Terreiro do Paço à luz de uma visão mais cultural e artística, mais focada no acesso ao conhecimento e no exercício da cidadania.

Compete à Assembleia da República, em articulação com o Governo da República e Câmara Municipal de Lisboa, não só zelar pela salvaguarda do património artístico e cultural do país apoiando a requalificação da Praça do Comércio, mas também assegurar a preservação do seu legado enquanto praça com uma simbólica de Estado como poucas no mundo, possibilitando a sua fruição pelas gerações vindouras com a dignidade que este património merece.

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o deputado do LIVRE propõe à Assembleia da República que, através do presente Projeto de Resolução, delibere recomendar ao Governo que:

1. Contribua para um processo de debate público, em articulação com a Câmara Municipal de Lisboa e iniciado por esta, relativo à requalificação do conjunto edificado da Praça do Comércio, atendendo à urgência de se elevar o usufruto e as valências da Praça do Comércio à sua excelência histórica, política, patrimonial e simbólica enquanto Praça da Cultura, do Conhecimento e da Cidadania, nobilitando o espírito do lugar através da participação pública de todos os interessados
2. Assegure a boa implementação dos resultados deste processo em conjunto com a Câmara Municipal de Lisboa.

Deputado Único Representante do Partido LIVRE



Assembleia da República, 5 de abril de 2022

O Deputado

Rui Tavares